

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA



Ata número quatro

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, na sede da Junta de Freguesia de Alcântara (JFA), sita na Rua dos Lusíadas, n.º 13 em Lisboa, reuniu a Assembleia de Freguesia de Alcântara, em sessão ordinária, convocada por Elsa Maria Borges da Silva, Presidente da Mesa desta Assembleia, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Alcântara (2017/2021), bem como do disposto no n.º 1 e n.º 2, do artigo 11.º e da alínea b) do n.º 1, do artigo 14.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Mesa de Assembleia foi liderada pela sua Presidente e coadjuvada por Iolanda Rute de Oliveira Machado e Jorge Luís Pacheco Ramos, respetivamente primeira e segundo secretários em exercício, todos membros eleitos pelo Partido Socialista (PS). -----

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes eleitos: -----

Cristina Maria Neves Pereira Campos, Pedro Miguel Macedo da Silva, Sónia Marisa Sousa Monteiro Gargaté e Isabel Fernanda Sola Morais – membros eleitos pelo PS; Pedro Filipe Bugarín González Cabral Henriques, membro eleito pela Iniciativa liberal (IL); André Vieira Ribeiro Marçalo, membro eleito pela Coligação Democrática Unitária (CDU); Emanuel Proença e Manuel Vargas Carolino, membros eleitos pelo Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP) e Filipa Isabel Dias Correia Sequeira, membro eleita pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD). -----

Em representação do Executivo da JFA, estiveram, na reunião, o seu Presidente, Davide Miguel Santos Amado, (PS), as Vogais Ana Margarida Barata Marques, (PS) e Ana Filipa Larcher de Jesus Ferreira Arroja, (PS), o Tesoureiro Bruno Gonçalo Dias Miguel, (PS) e o Secretário Pedro Miguel da Maia Júlio Marques Vidal, (PS). -----

-----Período de Antes da Ordem do Dia-----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Elsa Borges da Silva, (PS), iniciou a assembleia, às vinte e uma horas e cinco minutos. Deu as boas-vindas ao público presente, aos deputados representantes das várias forças políticas, ao Senhor Presidente do Executivo da JFA e restantes membros do Executivo e a todos os funcionários e colaboradores da JFA, que apoiam esta reunião. --

Apresentou os pedidos de substituição efetuados pelos ausentes, pela ordem em que chegaram ao secretariado, nomeadamente os dos membros do PS, David Miguel dos Reis Ferreira e Vasco Luís de Almeida Antunes (segundo secretário da Mesa da Assembleia), que foram substituídos pelos candidatos seguintes na ordem da respetiva lista, Isabel Fernanda Sola Morais e Jorge Luís Pacheco Ramos. Os pedidos foram colocados, conjuntamente, a votação e foram aprovados por unanimidade.

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, (PS), em substituição do senhor Vasco Luís de Almeida Antunes, (PS), segundo secretário, convocou Jorge Luís Pacheco Ramos, (PS), para ocupar este lugar. -----

Informou não ter entrado, no secretariado da JFA, documentação para ser apresentada na Assembleia de Freguesia e prosseguiu com o período destinado à intervenção do público, nos termos do n.º 2, do artigo 19.º do Regimento da Assembleia de Freguesia. Não havendo intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, apresentou as moções, votos e recomendações rececionadas de forma regular e numeradas de acordo com a ordem de entrada no secretariado da Assembleia, a saber: -----

N.º 1 “Voto para incitar a Junta de Freguesia a reclamar pela beneficiação da Estação Ferroviária de Alcântara-Mar”, apresentado pelo CDS/PP; -----

N.º 2 “Voto de Saudação: desporto em Alcântara”, apresentado pelo PS; -----

N.º 3 “Voto de Saudação à Marcha de Alcântara e à Sociedade Filarmónica Alunos Esperança”, apresentado pelo PS; -----

N.º 4 “Recomendação para a convocação de reunião pública extraordinária para apresentação e informação por parte da Câmara Municipal de Lisboa (CML) dos planos urbanísticos e de infraestruturas de mobilidade relativos à expansão da Linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa a Alcântara”, apresentada pela IL; -----

N.º 5 “Recomendação de alteração ao Regimento da Assembleia de Freguesia: Transmissão online”, apresentada pela IL. A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Elsa Borges da Silva, (PS), abriu o debate, dando a palavra aos interessados, após solicitação dos mesmos. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Tomou a palavra Hugo Vargas Carolino, (CDS/PP) que cumprimentou os presentes e apresentou o voto n.º 1, justificando que o mesmo “foi ao encontro de um pedido feito, a respeito do estado calamitoso em que se encontra a gare e os túneis de acesso à estação ferroviária de Alcântara-Mar”. Tal pedido levou o CDS/PP a “considerar por bem trazer à Assembleia e propor que fosse feita alguma coisa, de forma a beneficiar o espaço”. Reconheceu que a competência geográfica pertence à Freguesia da Estrela, mas considera ser o nome de Alcântara que identifica a estação e que “a boa ou má fama se repercute no território alcantarenses. O espaço está cheio de pinturas, vandalizado, com mau cheiro - devido a dejetos humanos, tornando-se num espaço não recomendável”. Este foi o motivo pelo qual o CDS/PP entendeu dever propor à Assembleia que “incite a Junta de Freguesia a tomar as medidas, junto das entidades competentes, de forma a por cobro ao espaço vergonhoso, por onde passa diariamente, tanta gente. Pede-se para recuperar e manter o espaço que já foi recuperado e beneficiado, mas que durou pouco tempo; é utilizado como albergue por sem-abrigos, é vandalizado e estando o nome de Alcântara na estação, é isso que, em particular, incomoda o CDS/PP e que merece ter, da parte de quem tem competência, um tratamento normal, beneficiando o espaço e mantendo o seu estado”. Terminou a sua intervenção reafirmando que vem pedir “à JFA que faça o possível, junto de quem de direito para que possa melhorar este seu espaço”. -----

Tomou a palavra Pedro Bugarín Henriques, (IL), que cumprimentou a Mesa, na pessoa da senhora Presidente, o Executivo, o senhor Presidente da JFA, os membros da Assembleia e o público. -----

Começou por transmitir “dois recados” ao Executivo da Junta de Freguesia, a pedido de dois fregueses, sendo que um dos assuntos já terá sido participado e é conhecido. Refere-se à situação de um “sem-abrigo” que se fixou na Rua da Academia Recreativa de Santo Amaro e que considerou “ser um caso complicado”. A outra situação diz respeito à limpeza da Rua 1.º de Maio, acrescentando não possuir mais informações, mas fazer questão de deixar o pedido. Prosseguiu solicitando esclarecimentos, à Presidente da Mesa, sobre as “cerca de dez moções que já foram aprovadas, na Assembleia de Freguesia”, mas de que “não tem informação das suas consequências. Por norma, nas deliberações, refere-se a publicação nos locais estilo da Junta de Freguesia mas, a Assembleia não têm informação das consequências dessas moções”. Estendeu o pedido ao Executivo, pois considera ser importante não apenas a publicitação, mas também o conhecimento sobre os resultados obtidos e insistiu, “dadas as resoluções terem *timings* diferentes, é necessário mais informação e divulgação sobre o que é deliberado na Assembleia”. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Referiu-se ainda ao site institucional da JFA e lembrou que a publicação de documentos se encontra atrasada, em alguns casos, como por exemplo, no dos orçamentos. -----

Bisando as palavras proferidas pelo Presidente do Executivo, na sessão de esclarecimento sobre a expansão do Metro até Alcântara, em que também participou, abordou esta temática caracterizando-a como “um tema muito importante para a freguesia. A expansão da Linha Vermelha, até Alcântara é, seguramente, o projeto mais importante para a freguesia nos últimos cinquenta anos, em termos de infraestruturas”. Não se sentindo satisfeito com os esclarecimentos do senhor Vereador da Mobilidade, presente na mencionada sessão, revelou-se “muito crítico relativamente ao projeto. “Tenho participado em várias sessões de esclarecimento, promovidas pelo Metro e considero ser importante, na Assembleia de Freguesia, ser falado sobre o projeto da Linha Vermelha. Não tenho conhecimento da posição oficial da JFA, perante o projeto e pergunto se foi feito algum contributo, por parte da Junta, ao estudo de impacto ambiental e, se esse contributo foi dado, se é possível dar dele conhecimento, à Assembleia. O estudo de impacto ambiental encerrou no passado dia dois de junho, com setenta e duas participações, o que considero ser um recorde pois, normalmente, o número é de dois a três contributos. Os resultados vão sair em julho e a Agência Portuguesa do Ambiente, mesmo que o projeto seja aprovado, olhando para o número de contributos, sê-lo-á, mas com grandes condicionantes”. E apelando ao Executivo reiterou para que este informe sobre “a posição oficial da Junta e se houve, ou não, estudo para o impacto ambiental”. -----

Referindo-se ao documento n.º 4, recomendação que o partido que representa traz a esta Assembleia, identificou-a como respeitante à sessão de esclarecimento do passado dia vinte, do corrente mês e no âmbito da expansão da Linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa, uma vez “que o senhor Vereador Ângelo Pereira não respondeu às questões sobre a mobilidade. Tive a oportunidade de chamar a atenção sobre o traçado da linha do Metro, que se prevê para Alcântara e sobre a responsabilidade do Metro sobre a execução dessa obra. O Metro, como foi dito pelo senhor Eng.º Jaime Alves, só é responsável pela execução do traçado, mas a execução, como está prevista para Alcântara, obriga a um conjunto vasto de projetos - como está explícito no estudo de impacto ambiental - que não dependem do Metro e, sobretudo, que não têm cabimento na sessão orçamental do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O projeto do Metro foi agora possível porque existe cabimento orçamental no PRR, mas a questão da construção de novos parques de estacionamento, a questão do novo acesso à Ponte 25 de Abril, a questão de uma nova rotunda em Alcântara e todas as implicações que possam ter, quer no Plano de Urbanização de Alcântara, aprovado em 2015, quer no

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Corredor Verde de Alcântara. A CML, pelo que sei, não justificou a sua posição e cabe a esta Assembleia e à JFA estar muito atentos à aprovação do projeto”. Reiterando o já referido, prosseguiu: “existe um conjunto de outros projetos, complementares a este traçado, que não estão dependentes do Metro nem têm cabimento orçamental”. Mencionou o exposto pelo “senhor Presidente da Junta, Davide Amado que referiu, e muito bem, aguardar que a construção da Linha do Metro seja a par da construção da linha do LIOS, mas, relembro, que não temos conhecimento do financiamento da obra; o Metro está envolvido no projeto de construção do LIOS, mas considero que a CML tem muita coisa a explicar aos alcantarenses. É neste sentido que apresento a Recomendação para a convocação de uma reunião pública extraordinária, também porque o Senhor Vereador Ângelo Pereira, na sessão do dia vinte último, não respondendo às questões que lhe foram colocadas, ofereceu-se para uma nova sessão de esclarecimento”. -----

Apresentando a Recomendação n.º 5, sobre a alteração ao Regimento da Assembleia de Freguesia de Alcântara, vem propor “apesar de estar agendada uma reunião da Comissão Eventual, [vem propor] uma situação que não é uma ideia nova, já há Assembleias de Freguesia em Lisboa que fazem transmissões online, nomeadamente Lumiar, Alvalade e outras; cinco freguesias o fazem, inclusive as reuniões da Assembleia Municipal de Lisboa e as reuniões abertas da CML, são transmitidas online. Penso que estará no momento de a Assembleia de Freguesia de Alcântara também dar esse salto qualitativo, no que é a democracia, e mais facilmente chegar ao público e aos alcantarenses que, na maioria dos casos, não participam enquanto público. O regimento está em alteração, mas esta Recomendação tem duas vertentes, uma recomendação à Mesa, no sentido de apelar ao Executivo para que crie as condições para que este pedido seja possível e depois, outra recomendação: que se transporte para a Comissão Eventual, para discussão, da integração, ou não, desta proposta, no regimento”. Aditou ainda que se terá informado, com dois juristas, sobre o melhor procedimento a adotar: se o documento viria a esta Assembleia ou se seria apenas discutido na Comissão Eventual, ao que terá obtido como parecer de ambos, que “dado existirem dois pedidos na recomendação, não se perdia nada que viesse a esta Assembleia, para ser votada e a alteração fosse, então, transitada para Comissão Eventual”. -----

Tomou a palavra Davide Amado, Presidente do Executivo da JFA, (PS), que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e respondendo às duas questões concretas colocadas por Pedro Bugarín Henriques (IL), a pedido de vizinhos: quanto à questão da pessoa em situação de sem-abrigo, localizada na Rua da Academia de Santo de Amaro, esclareceu estar a situação já

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

sinalizada pela Junta de Freguesia. Há meses que dela deu conhecimento à Santa Casa de Misericórdia de Lisboa e à CML, entidades que se encontram a acompanhá-la e que transmitiram a decisão de a “pessoa em questão não querer ser integrada em qualquer tipo de resposta. É uma situação complicada, mas que está a ser acompanhada pelos respetivos serviços”. Quanto à situação da Rua 1.º de Maio, esta será decorrente de a CML não se encontrar a realizar uma recolha regular do lixo colocado nos contentores, “como seria devido”. Acrescentou que retomará o assunto na apresentação da Informação Escrita, assim como o tema do Metro em Alcântara. -----

Continuou, enfatizando um pedido à Assembleia, relativo à revisão do Regimento, porque, “gosto de ouvir o senhor eleito pela IL, mas o tempo utilizado, dez minutos, para um eleito de uma força política, no ponto da sessão que antecede a Ordem de Trabalhos, é muito tempo”. Completou a exposição justificando a necessidade em “mencionar o facto, mas após oito meses de mandato, ainda não se tem novo Regimento e é necessário acertar estas questões”. -----

Quanto à sessão de esclarecimento sobre a expansão do Metro até Alcântara, elucidou ter já sido pedido, por se considerar importante, a vinda do senhor Vereador da Mobilidade à freguesia, para falar das várias situações elencadas, quer dos acessos durante as obras do Metro, como depois da obra concretizada, pois esse será “um dos problemas que a obra vai trazer à freguesia: os anos de constrangimentos, para todos; também sobre a questão do estacionamento, foi pedido e importa perceber se o estudo feito há alguns anos, está atual”. Informou ainda que abordou o assunto na reunião de dia vinte, sugerindo que a CML deveria realizar um novo estudo, mais atualizado. Especificando: “o pedido de reunião já foi feito formalmente, pela JFA, ao senhor vereador; aguardamos resposta e subscrevo inteiramente a importância da concretização dessa reunião, quer pela questão das obras do Metro, por todo o seu impacto, quer pela questão da Pedreira do Alvito, pois o empreendimento previsto para o local parece que vai avançar, o que vai provocar alterações de acesso na zona alta da freguesia; quer pelo que se tem feito nos últimos tempos, como os parques para residentes, alteração do sentido de trânsito, em algumas ruas e importa perceber, com um novo estudo, a ser feito pela CML, se esse é o caminho que se deve seguir”. Outro assunto que considera dever discutir-se diz respeito à entrada da Empresa de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa (EMEL) em Alcântara: “quando é que fará sentido e em que zonas fará sentido, a entrada da EMEL. Tudo são áreas do senhor Vereador Ângelo Pereira, tudo temáticas ligadas à Mobilidade, tudo temas que o Executivo considera pertinentes”. Reafirmou que o mencionado “pedido foi realizado informalmente, em reuniões anteriores e também enviado por escrito”. Comunicou, seguidamente,

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

que a posição do Executivo relativamente às questões levantadas sobre o Metro, será versada na Informação Escrita pois não pretende “estar a atrasar os trabalhos”. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia interveio, para dar resposta à interrogação dirigida à Mesa, quanto ao encaminhamento dado às moções que são aprovadas, alegando que “obviamente, terão de ser publicitadas no site e em tempo, o que irá acontecer. Em termos das consequências e respondendo ao que parece ter sido questionado, é que em caso de haver resposta para os locais onde são enviadas – o que não acontece em todas, a informação é remetida ao secretariado que apoia a Assembleia e, posteriormente, a Mesa dá conta dessa resposta; que foi entregue e foi recebida. Normalmente, não temos muitas respostas e, no início, antes do PAOD, faz-se a leitura da correspondência recebida. Não aconteceu até agora por não termos recebido nada. São situações que podem demorar algum tempo ou não acontecer; pode não haver resposta”. Insistindo na observação já mencionada, “sempre que há resposta, esta é comunicada, na sessão seguinte da Assembleia de Freguesia”, lembrando ser este “um procedimento habitual” que fez questão em “transmitir, para quem não está habituado”. Prosseguiu para dizer, a respeito da Recomendação n.º 5, apresentada pela IL, “que o procedimento é o aplicado a qualquer tipo de recomendação, incluindo o tipo de transmissão que se queira ver alterado, em Regimento da Assembleia. Tem que ser feita a proposta, por escrito, em reuniões da Comissão Eventual, o que não aconteceu na primeira reunião e na segunda reunião, para a qual foi dado um prazo de receção das propostas, até à data, só o PS apresentou propostas de revisão. Os restantes membros que estão representados nesta Comissão, ainda não o fizeram e é em sede dessa Comissão que as propostas devem ser feitas, por escrito. Se forem consideradas e aprovadas, retomam à Assembleia de Freguesia; o Regimento será aprovado em sede de Assembleia e as alterações processuais e administrativas que daí resultam, é que são depois recomendadas ao Executivo e não de acordo com o procedimento da IL; não é esse o circuito. É a Comissão Eventual da Revisão do Regimento que tem autonomia e terá o parecer final dessa revisão, e como Presidente da Comissão e em sua representação, presente na Assembleia e pelos membros do PS”, informa ainda que votarão contra a Recomendação n.º 5. -----

Filipa Sequeira, (PPD/PSD), tomou a palavra, cumprimentou os presentes e começou por se pronunciar sobre os votos apresentados pelo PS, informando que, apesar de ainda não terem sido apresentados, o seu voto será favorável. Em relação à recomendação pela convocação de uma reunião pública, apresentada pela IL, considerou que “no relatório síntese e no da Rede Nacional de Transportes, os documentos disponibilizados durante a consulta pública da Agência Portuguesa do

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Ambiente, ficaram por esclarecer as ligações pedonais que são criadas na freguesia, e também a falta de proposta de reorganização da gestão de tráfego ferroviário”. Declarou, então, considerar o PPD/PSD que “a falta de solução apresentada pelo Metropolitano de Lisboa”, a leva a votar favoravelmente, a supracitada recomendação. Quanto ao “Voto para incitar a Junta de Freguesia a reclamar pela beneficiação da Estação Ferroviária de Alcântara-Mar”, corroborando o já referido, posicionou a estação em território da Freguesia de Estrela e, portanto, fora da jurisdição de Alcântara. Não obstante, considerou “o assunto pertinente e que deve ser discutido nos locais próprios, na Assembleia de Freguesia de Estrela”. Reportando-se, seguidamente à “nomenclatura, por ter Alcântara no nome, não nos devemos esquecer que todo o bairro de Alcântara velha, pertence à Freguesia de Estrela e tudo o que lá acontece é de sua responsabilidade, como, por exemplo, o que acontece no Miradouro de São Pedro de Alcântara, diz respeito à Freguesia da Misericórdia. O que acontece nestas freguesias não é imputado à Freguesia de Alcântara; se nesta Assembleia se tomarem decisões de matérias que dizem respeito a outras freguesias, mais tarde, não se poderão queixar de outras freguesias tentarem tomar decisões sobre a nossa. Pelo exposto o PPD/PSD, considera que este é um não tema para esta Assembleia de Freguesia, e votarei contra”. -----

Tomou a palavra André Marçalo, (CDU), que cumprimentou os presentes e afirmando que se pronunciaria “muita sinteticamente, respeitando a ordem nas moções apresentadas”, relatou a experiência vivenciada “há algumas semanas, atrás passei no túnel referido, de dia - já que, de noite seria impossível lá passar – e a forma como está, não é sustentável. É um problema que não é recente; já existiu uma passagem superior, a intervenção de Arte Urbana e, não sendo uma competência da JFA, provavelmente está fora da área geográfica, mas é na vizinhança. Pessoalmente, congratulo-me com o Voto apresentado pelo CDS/PP. O que acontece ao lado da Freguesia, também afeta Alcântara. Não se está a demandar a Junta de Freguesia de Estrela, mas as entidades competentes e seria, eventualmente, o Porto de Lisboa. Faz sentido assinalar aqui, na Assembleia de Freguesia de Alcântara, o problema que existe no túnel de acesso à Estação Ferroviária de Alcântara-Mar”. -----

Referindo-se aos clubes e à Marcha de Alcântara, reconheceu o valor do desporto, “o seu valor intrínseco, sendo sempre de saudar o trabalho dos clubes e das associações referidas, junto dos jovens e dos menos jovens. Congratulo-me com o apresentado e voto a favor. Quanto à Marcha, no coração dos Alcantarenses é sempre a número um; somos sempre campeões; o segundo lugar é fictício”. Mencionando alguns dos comentários que leu e não se considerando especialista em

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Marchas, realçou “que os figurinos foram muito elogiados pela diferença” e informou também se associar ao voto apresentado. -----

Em relação à Moção n.º 4, frisou “não nos podemos esquecer de uma questão essencial: o Metro ter de vir para Alcântara. É evidente que não tem de vir a todo o custo e acredito que todas as forças políticas estão de acordo. Mas quem vê a maquete da estação fica com a ideia de que não é a versão final; parece uma casa do Monopólio, triangular”. Referiu-se ainda às “diversas passagens do Metro, do LIOS, do viaduto que passa por trás do edificio da cervejaria “O Palácio”. Olhando para a maquete percebe-se que o impacto será enorme. os anos que as obras vão demorar, o que acontece ao acesso à Ponte, durante e depois das obras. Mas não podemos esquecer a questão central, que é que cá chegue esta forma de transporte e que não acabe em Alcântara. É precisa ligação, feita, talvez, pelo LIOS e, sem esquecer tudo isso, é muito importante que os principais afetados pelo desfecho da Linha Vermelha em Alcântara tenham a capacidade de a discutir”. Mencionou, seguidamente a importância da existência de “uma reunião aberta, que deve ser altamente publicitada, para que as pessoas vejam e também a possibilidade de ser colocada uma maquete no átrio da JFA, de forma a terem uma perceção visual, uma noção da construção, pois ninguém vai ler o estudo do impacto ambiental e visualizar o projeto, em maquete, permite com que se fique com uma melhor perceção”. Repetiu que “o Metro tem que chegar a Alcântara; é uma luta antiga e os impactos que sempre existem têm que ser minorados e isso tem que ser feito em diálogo com as populações. Quem está no terreno pode contribuir para a discussão e minimizar os impactos negativos que existem”. Manifestou estar a CDU de acordo com o Voto. -----

Por último, expressou a intenção de a CDU votar contra as transmissões da AFA em direto, via internet, “não querendo dizer estar contra o apresentado, mas, única e exclusivamente, por uma questão formal, pois está a decorrer a Comissão Eventual e é lá que se deve trabalhar”. Aditou ainda “um detalhe: se a Comissão aprovar uma versão do Regimento e se a Assembleia aprovar a Moção do Regimento, depois não se vai pedir o favor ao Executivo de transmitir; é para o Executivo transmitir”. Finalizou, reiterando o seu voto contra por considerar ser um “não assunto a ser apresentado na Assembleia, neste momento”. -----

Tomou a palavra Marisa Gargaté, (PS), que cumprimentou os presentes e iniciou o seu discurso proclamando ser “de senso comum que o desporto e a atividade física são de extrema importância para a saúde física e mental; mas também são fator de inserção, de igualdade e de participação na vida social. Com esta moção, o Partido Socialista pretende enaltecer os diferentes clubes da

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

freguesia. O trabalho de todos os atletas, seus dirigentes, os treinadores. Menciono-os, não só pela vitória do Atlético Clube de Portugal, mas também por todos os outros: o Boa-Hora Futebol Clube; o Clube de Natação Triatlo de Lisboa; o Clube Desportivo Santo António de Lisboa e o Clube Agronomia Rugby. Devem saudar-se todos os clubes da freguesia pela sua capacidade de ultrapassar as dificuldades, na sequência da Pandemia, pela capacidade que tiveram de se reinventarem junto da comunidade, de não pararem ou de retomarem a sua atividade”. -----

Avançou reportando-se ao Voto de Saudação à Marcha de Alcântara e à Sociedade Filarmónica Alunos Esperança, apresentado pelo PS, saudando o segundo lugar obtido que, “como referido pelo eleito da CDU, para os alcantarenses é um primeiro lugar”. Expressou ainda ter conhecimento que outras pessoas, não alcantarenses, atribuiriam o primeiro lugar a Alcântara, “pelo figurino, pela coreografia, pela diferença. Foi um grande motivo de orgulho. O Partido Socialista, saúda a Marcha de Alcântara, pelo esforço, pelo empenho, pela dedicação, ao longo de todo o ano; tempos difíceis exigem momentos doces. Foram momentos que trouxeram alegria e esperança, em tempos menos bons. Saímos de uma pandemia, entramos numa guerra. Esta vitória, este segundo lugar, trouxe aos alcantarenses alegria e felicidade. É, portanto, um voto de saudação para a Marcha de Alcântara e para a Sociedade Filarmónica Alunos Esperança”. -----

Tomou a palavra Emanuel Proença, (CDS/PP), que após cumprimentar os presentes esclareceu vir destacar aspetos, que considerou relevantes, sem prejuízo do anteriormente mencionado pelo eleito Hugo Vargas Carolino, representante da mesma força política, em relação ao voto que apresentam, após as intervenções realizadas. “É preciso saber ler, saber ler português” para corretamente interpretar o expresso no parágrafo quatro do voto n.º 1, nomeadamente: “sem descurar a presumível confluência com outras autarquias”. Neste seguimento, expressou o cuidado que o CDS/PP teve em “ver o mapa que está em vigor na CML, ver a fronteira. Percebo que existe/pode existir uma interpretação muito formal e que não é em Alcântara, mas existem outras interpretações possíveis e, no caso, o que interessa é que o nome de Alcântara consta. Vivo em Alcântara, defendo Alcântara e, para mim, não é um não-tema; é um tema. Cabe a cada um fazer as interpretações que quiser, mas defendendo Alcântara, considero ser a via que deve ser utilizada para defender a freguesia. Quem passa lá, não diz que o túnel se situa na Estrela ou na Misericórdia, mas sim que é Alcântara. Correm, nas redes sociais, alguns vídeos e um deles, publicado há, mais ou menos, dez dias, divulgado por uma utilizadora do Tik-Tok, Inês Aires, com a duração de vinte segundos, em dez dias tem cerca de cento e trinta mil visualizações. Os números que representam as reações ao vídeo são

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

superiores a sete mil, dos quais seis mil trezentos e nove são *likes*, cento e cinquenta e dois são comentários, com réplicas que chegam aos quinhentos; duzentos e quarenta e oito estados de favorito e foi reencaminhado duzentos e cinquenta e três vezes, durante dez dias. Não li todos os comentários, mas os que teve oportunidade de ler, referem-se, não à freguesia da Estrela ou Misericórdia, mas a Alcântara; o simples cidadão não sabe onde é a fronteira e é o nome da nossa freguesia que está posto em causa. Alguém tem de fazer alguma coisa, quer seja Alcântara ou Estrela; alguém tem de fazer alguma coisa. O intuito destas reuniões é trazer os assuntos; para quem não faz nada durante dez anos, se é a Estrela, então que o faça”. Acrescentou não ter percebido “a intervenção da senhora eleita do PPD/PSD, se foi por uma relação contratual que possa existir, no momento, com a Junta em questão ou se, simplesmente, tem convicção no que está a dizer. O que está em causa é o nome de Alcântara e, portanto, vamos defender Alcântara”. Convictamente repetiu a defesa do nome e da imagem de Alcântara e prosseguiu: “podem falar de todas as outras freguesias, mas o que aqui importa é a Freguesia de Alcântara e o nome de Alcântara tem que ser defendido por todos”. -----

Referindo-se às propostas do PS, elogiou-as e proferiu a intenção de o partido que representa desejar “fazer algo no mesmo sentido. Anteciparam-se e muito bem”, pelo que cumprimentou a iniciativa, “principalmente pela questão do desporto e também quanto à questão da marcha. Não foi só Alcântara que usufruiu, mas a cidade de Lisboa. Alcântara levou o seu nome ao país inteiro, através da RTP. Parabenzou, de novo exteriorizando, no que diz respeito à Marcha de Alcântara, que “talvez pudessem ter ido um bocadinho mais longe; merece ser cumprimentada formalmente, mas, na prática, poderia ser desenvolvido um apoio mais específico. Tenho conhecimento que o senhor Presidente e, também, a Vogal Ana Barata estiveram sempre presentes, durante os ensaios”. Concluiu pronunciando “estar de acordo com as propostas”. -----

Referindo-se às recomendações apresentadas pela IL e invocando “acompanhar o que já foi dito, nas intervenções do eleito pela CDU, quer nas da senhora Presidente da Mesa, considero que, neste momento, embora faça sentido o que está disposto, o tema está a ser desenvolvido em sede própria, designadamente nas reuniões da Comissão Eventual”. Quanto à extensão da Linha Vermelha do Metropolitano de Lisboa a Alcântara, reconheceu a importância de qualquer tipo de esclarecimento; “todos os esclarecimentos, porque, depois, poderá ser tarde”. Finalizou a sua participação congratulando-se “uma vez mais, pela existência de tantas propostas a serem analisadas”. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Tomou a palavra Cristina Campos, (PS) que, cumprimentando todos, começou por realizar uma observação à recomendação apresentada pelo CDS/PP, designada como “Voto para incitar”, destacando “a bondade do conteúdo. Efetivamente, todos concordam com o que está plasmado nos vários pontos. Eu própria, como cidadã, gastei muitas horas do meu tempo, na requalificação do túnel de Alcântara, como freguesa de Alcântara, por o considerar vergonhoso; o estado do túnel a todos nos envergonha. Passei lá muitas horas, aos sábados, a pintar, exatamente por considerar que fazia parte do meu território. Contudo, têm sido feitos vários esforços, pela JFA, para alterar essa situação, que já não é de agora. Parece-me um equívoco apresentar esta moção na JFA, porque, por exemplo, quando no ponto seis da moção, dizem *para além do péssimo retrato e da insegurança que este cenário motiva*, e que é, de facto, o nome da Freguesia que está em causa, provavelmente estão a referir-se à Junta de Freguesia de Estrela, a qual tem a jurisdição e competência sobre este território. Compreendo o poder das redes sociais, os Tik-Tok, os media, mas como boa cidadã, vou procurar essas publicações e referir, clara e explicitamente, que o túnel de Alcântara, o túnel ferroviário, pertence à Freguesia de Estrela que, por acaso, é presidida por um eleito dos Novos Tempos, o que significa que, quando o eleito Emanuel, refere no ponto quatro *sem descurar a presumível confluência com outras autarquias*, efetivamente não há *presumível confluência*, o local é claramente Junta de Freguesia de Estrela. Estão certamente a reportar-se à anterior jurisdição, anteriores às alterações em que o túnel de Alcântara pertenceu a Alcântara; tal como o balneário de Alcântara, localizado no topo da Avenida Infante Santo, a Estação Ferroviária pertencia à Freguesia de Alcântara. Com certeza coloca-se aqui em causa a possibilidade de os alcantarenses recuperarem o espaço que lhes é devido; podemos começar a pensar no assunto e então o túnel de Alcântara pertencerá à Freguesia de Alcântara e, aí, sim, vamos trabalhar para a sua melhoria. Com a chegada do Metro a situação em causa irá, certamente, ser mitigada. O PS concorda com o conteúdo, com os considerandos explicitados, são a preocupação de todos na Assembleia. Contudo, ao ser aprovada uma moção, uma recomendação ou um voto, aprova-se em simultâneo, os considerandos e as deliberações, pelo que não podemos concordar em aprovar uma recomendação *um Voto para incitar* em que existe ambiguidade, incorreções que não são, de todo, o modo, motivo, para o PS aprovar”. --

Tomou a palavra Pedro Silva, (PS), que cumprimentou os presentes e se pronunciou sobre a recomendação apresentada pela IL, relativa à convocação de uma reunião pública extraordinária no âmbito da expansão da linha vermelha do Metropolitano de Lisboa, a Alcântara: “Depois do que foi apresentado pelo Senhor Presidente, parece-me que a ação já está tomada, a recomendação deixa de fazer sentido. A ação está tomada e já não se enquadra na deliberação da Assembleia; quanto muito

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

podia ser um Voto de Saudação, pela ação já feita pelo Executivo. Parece haver uma usurpação, por parte da IL, por uma ação tomada pelo Executivo-PS e, por esse motivo, vai ser chumbada”. -----

Previamente à atribuição da palavra ao interveniente seguinte, Elsa Borges da Silva, (PS), Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, solicitou que o mesmo fosse sucinto e rápido na sua intervenção. -----

Manifestou-se Pedro Bugarín Henriques, (IL), mostrando-se na disposição de retirar a Recomendação n.º 5 “Recomendação de alteração ao Regimento da Assembleia de Freguesia: Transmissão online” e passa-la diretamente para o Regimento. “Vinha preparado; como tinha já referido à Senhora Presidente da Mesa, fiz o trabalho de casa, consultei dois juristas que foram unânimes em que esta Recomendação poderia ser apresentada à Assembleia. Se o entendimento da Assembleia for diferente, o texto está preparado para ser entregue na Comissão Eventual, mas não tenho nada a opor, porque o texto foi feito de forma a ser aprovado, se a Assembleia assim o entendesse e, não o sendo, nada tenho a opor a que a Recomendação suba à Comissão Eventual, sendo que posso retirá-la”. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Elsa Borges da Silva, (PS), questionou Pedro Bugarín Henriques, (IL), sobre o que pretendia expressar quando verbalizou que a Recomendação n.º 5, seria retirada de votação. Recordou que para um documento “passar à Comissão Eventual do Regimento, tem que ser enviado, com o texto correspondente, para constar no regulamento e não no formato apresentado”. -----

Pedro Bugarín Henriques, (IL), respondendo, frisou que tenciona retirar a supracitada recomendação e enviar o texto adequado, por correio eletrónico, para que o assunto seja tratado na Comissão Eventual para a Revisão do Regimento da Assembleia. Salientou ainda, dirigindo-se, particularmente, ao Presidente do Executivo, que “o Regimento em vigor, dá nove minutos para a intervenção durante o PAOD. Foi aprovado pelo PS; estão a rever o Regimento e considero estranho que em quatro Assembleias por ano, o senhor Presidente não tenha paciência para me ouvir. Num ano seriam quarenta minutos. Fico surpreendido. Na reunião da CML, em que estive presente, o Vereador do PS foi bastante incisivo com o Presidente Carlos Moedas, numa situação semelhante e quase podia fazer minhas as palavras do Vereador do PS, sobre a matéria”. -----

Elsa Borges da Silva, (PS), Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, informou o eleito Pedro Bugarín Henriques, (IL) que “nas suas intervenções, na atual Assembleia, já ultrapassou os dez minutos, assim como em sessões anteriores; só no PAOD, não referindo os outros pontos.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Continuamente, comunicou que foi retirada a Recomendação n.º 5, apresentada pela IL e prosseguiu colocando a votação os documentos infra que obtiveram as votações apontadas: -----

N.º 1 “Voto para incitar a Junta de Freguesia a reclamar pela beneficiação da Estação Ferroviária de Alcântara-Mar”, apresentado pelo CDS/PP. O voto foi rejeitado com oito votos contra (sete do PS e um do PPD/PSD) e quatro votos a favor (dois do CDS/PP, um da CDU e um da IL); -----

N.º 2 “Voto de Saudação: Desporto em Alcântara”, apresentado pelo PS, foi aprovado por unanimidade; -----

N.º 3 “Voto de Saudação à Marcha de Alcântara e à Sociedade Filarmónica Alunos Esperança”, apresentado pelo PS, foi aprovado por unanimidade; -----

N.º 4 “Recomendação para a convocação de reunião pública extraordinária para apresentação e informação por parte da CML dos planos urbanísticos e de infraestruturas de mobilidade relativos à expansão da linha vermelha do metropolitano de Lisboa a Alcântara”, apresentada pela IL. -----

Previamente à votação, a Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia recomendou que “os títulos sejam mais concisos, mais objetivos e igualmente acompanhados de intervenções mais objetivas e concisas.” Colocou, então a recomendação n.º 4 a votação, que foi rejeitada com sete votos contra, do PS e cinco votos a favor (um do PPD/PSD, dois do CDS/PP, um da CDU e um da IL). -----

Elsa Borges da Silva, (PS), Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, antes de continuar os trabalhos, informou que o eleito João Pedro Uva, (PS), “justificou a sua ausência, quase ao momento do início da reunião, por motivos de saúde, devido a ter elementos da família com Covid-19 e, por isso, não foi possível proceder à sua substituição não tendo o assunto chegado a deliberação na Assembleia, mas a sua falta está justificada”. Encerrou, então, o período de antes da ordem do dia e deu início ao período seguinte. -----

-----Ordem do Dia-----

Ponto 1. “Apreciar a Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia, acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia, referente ao período de maio a junho do presente ano, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

O Presidente da Executivo da JFA, Davide Amado, (PS), tomou a palavra e agradecendo ao eleito Pedro Bugarín Henriques, (IL), referiu “é sempre um prazer ouvi-lo e, certamente, teremos muitos anos para nos continuarmos a ouvir.” Continuou, comentando, também, o sucedido na reunião com a CML, em que vários intervenientes exerceram o seu direito de falar, durante mais tempo. Gracejando, declarou desconhecer “que o eleito Emanuel Proença, (CDS/PP) era fã do Tik-Tok, mas registo o momento. Não que seja da minha competência, mas, a bem da condução dos trabalhos e a bem dos trabalhos que ainda temos pela frente, considero um exagero o que foi dito pelo eleito Emanuel Proença (CDS/PP), que foi referir o local de trabalho da eleita Filipa Sequeira (PPD/PSD) que, efetivamente, trabalha na Freguesia de Estrela, o que não condiciona, em nada, a sua ação, enquanto eleita na Freguesia de Alcântara. Não sei onde trabalha o eleito André Marçalo, (CDU), mas, provavelmente, a greve da CP teve a ver com o PCP. O eleito Pedro Bugarín Henriques, (IL), é Presidente da “Casa Sol”, mas isso, obviamente, não é assunto pra a Assembleia. Não levem a mal, mas o reparo feito pelo eleito Emanuel Proença (CDS/PP), foi um exagero, que espero que não se repita; foi a primeira intervenção da eleita nesta Assembleia. Também não concordo com tudo o que disse e, como membro da Assembleia, já há alguns anos, nos últimos mandatos tudo tem corrido bem pelo que peço, a todos, bom senso. Os locais onde trabalhamos não têm a ver com a ação da Assembleia. Dirigindo-se à Senhora Presidente da Mesa, defendeu, brincando que “quis fazer este apontamento”. -----

Reportando-se à Informação Escrita do Presidente e destacando uma das várias atividades do trimestre referiu-se “à participação da JFA na iniciativa promovida pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, que é simultaneamente Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens e que promoveu a primeira Assembleia Municipal, para crianças, com a participação de todas as freguesias. Estivemos representados por uma criança do colégio Ave-Maria e outra da Escola Francisco Arruda. Todas as escolas, da freguesia, participaram na seleção e todas estiveram presentes nessa ação. Foi uma cerimónia muito interessante, no âmbito do que é fomentar a participação dos mais novos na atividade política e, por isso, faço questão de destacar esta atividade. -----

Estes meses são os meses das festas, de apoiar os nossos clubes, no final de temporada, o que está refletido na moção apresentada, que espelha bem a atividade desses clubes. É-lhes dado apoio e incentivo, mas são eles os grandes heróis, pelos resultados obtidos. Destaco o Clube Boa-Hora, que obteve o melhor resultado, de um clube de andebol, a nível da formação que tiveram, não

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

minimizando os outros clubes. Destaco o Boa-Hora porque, até há pouco tempo, não tinha formação na área do andebol; esta foi criada pouco antes da pandemia e, durante esse período, soube cuidar, soube fazer crescer, envolveu os pais, os miúdos, a comunidade. Faço este destaque que é um exemplo do que se pretende que continue a ser o trabalho a ser efetuado pelos clubes na nossa freguesia. -----

Realçou “a nossa Marcha, que também considero que devia ter ficado em primeiro lugar, mas ganhou a Estrela; que chatice - brincou, ganhou a Marcha da Madragoa. Mas mais do que ganhar foi, mais uma vez, o envolvimento de todos, dos marchantes, dos comerciantes que apoiam a marcha, das pessoas que vão ver a Marcha, na Avenida, no Pavilhão; quem vê na televisão, com os amigos, quer sejam de Alcântara ou não. Este ano Alcântara estava muito doce, muito bonita e fez uma excelente atuação. A moção apresentada é de verdadeira justiça, eu e a senhora Vogal Ana Barata fomos quase padrinhos secretos. Fizemo-lo com muito cansaço, são muitos ensaios, não falhámos quase nenhum e os marchantes, por brincadeira, na folha de apontamentos, têm os nossos nomes para verificar se faltamos; faltámos menos que alguns marchantes. Fizemo-lo com gosto; sentimos que a nossa presença é importante e, assim, também mostramos aos elementos da Marcha, que a freguesia está com eles. Não os acompanhámos só este ano; já o fazemos desde que estão na freguesia; quem precisar de nos encontrar, o senhor Presidente e a senhora Vogal, durante os meses de abril, maio e junho, é irem aos ensaios da Marcha. Estamos lá a aplaudir, a incentivar, a cumprir o nosso papel, enquanto freguesia”. -----

Seguidamente, deu conhecimento da realização de uma reunião com a senhora Vereadora do Urbanismo, em que foram discutidas várias situações importantes, entre as quais “a relativa aos terrenos da Sidul e a requalificação da Travessa do Giestal, Rua do Giestal e Rua Filipe Vaz, que já estava prevista concretizar, no seguimento das obras do Rio Seco. Foram ainda abordadas as obras de concessionários como, por exemplo, a obra que estava a ser executada na Rua dos Lusíadas e, uma semana depois, veio a empresa CNE esburacar o que tinha acabado de ser realizado. Isso deve-se ao facto de a CML não comunicar com as freguesias, este tipo de situações, o que considero grave. No grupo de trabalho com as vinte e quatro Freguesias, estão a tentar que essa competência passe para as juntas de freguesia, quer pela questão financeira, no aumento da receita, quer pela facilidade de fiscalização, autorização e monitorização. Foram ainda discutidas outras questões, que podem ser enviadas por escrito, a quem manifestar interesse. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Quanto ao processo de vacinação, ir-se-á manter até ao final do ano, de acordo com indicações da Saúde; o pavilhão continuará a ser utilizado para esse efeito. Informalmente, percebi que até final de março do próximo ano, o pavilhão será solicitado. Transmiti, ao senhor Diretor do ACES Oriental e também ao senhor Vereador, que, no momento, é preciso perceber até quando; claro que estaremos disponíveis, inclusive para uma nova vacina, um novo processo de vacinas, para todos, mas precisamos de ter noção até quando pretendem a cedência. O pavilhão tem importância, para efeitos desportivos e outros, para os clubes da freguesia e é preciso saber até quando, de forma a poderem organizar a época desportiva, prevista para o Pavilhão da Ajuda.” -----

Da reunião descentralizada, ocorrida no dia anterior, expôs o que referiu ao Executivo Camarário, destacando, o tema da Higiene Urbana. “Problemas sempre existiram, mas e está a agravar-se bastante, não só em Alcântara, mas por toda a cidade. Tem havido falhas consecutivas, quer na recolha dos contentores, como os já referidos, na Rua 1.º de Maio e por vários pontos da freguesia, por vários pontos da cidade, situação que nos preocupa bastante. Tem consequência no trabalho de competência da JFA, na varredura das ruas; o lixo não é recolhido e espalha-se pelas ruas. Os cantoneiros fazem o seu trabalho, limpam, mas em pouco tempo, mais lixo vem para o chão. É um problema que está a afetar toda a Lisboa, como referi na reunião”. Versou ainda, na mesma reunião, sobre “as medidas de acalmia na Travessa do Giestal, já pedidas há bastante tempo. O departamento de mobilidade da CML, tem um projeto de execução de medidas de acalmia do trânsito, na Travessa do Giestal, cujo estudo foi feita há cerca de nove meses e que aguarda resposta. Trata-se de uma obra pequena, que passa por pinturas no pavimento e pequenas lombas, medidas que irão resolver o problema do trânsito na zona, diminuindo a perigosidade que atualmente existe, na Travessa do Giestal. Também a situação da Rua Jau, onde o sentido de circulação de trânsito foi alterado, no âmbito do estudo que foi feito há alguns anos, quanto à possibilidade de algumas ruas da freguesia passarem a ter só um sentido e, com isso, permitir mais estacionamento em espinha e reduzir o número de viaturas, nessas artérias. A CML ainda não indicou o resultado da monitorização que fez, mas está á vista de todos que não corre mal; não cria entropia com a Calçada da Tapada e parece uma solução que pode continuar. Mas é preciso efetivar a obra, efetivar o reperfilamento dos passeios, terminar toda essa obra e, para isso, alertei o Executivo Camarário”. -----

Em relação a equipamentos necessários na freguesia, recordou o Executivo da CML relativamente ao Centro de Dia Intergeracional: “foi um equipamento com que a Câmara se comprometeu, por quase unanimidade, aquando da aprovação do PUA. É um equipamento necessário para o nosso território.

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

Já tinha sido sinalizada no Executivo anterior e já foi no atual, a localização de dois terrenos municipais onde pode ser construído o Centro de Dia em questão. Foi também enfatizado, que é um ponto em comum entre o programa que saiu vencedor das eleições autárquicas na freguesia e o programa dos Novos Tempos, para a CML, que, em simultâneo, pretendiam a criação de um espaço cultural para cada a freguesia. Identificando uma oportunidade de recuperação, o espaço sito no Bairro do Alvito, onde funciona a Lanterna Mágica, o Ginásio Clube do Alvito, a Associação MIAU. Um espaço para ser recuperado, para ser integrado e devolvido à comunidade, como um espaço cultural para todos aqueles que o queiram utilizar como espaço de *coworking*, um espaço para desenvolverem o seu trabalho artístico, para potenciar todas essas atividades”. -----

Quanto a questão do Metro, considerou-a “fundamental para Alcântara. Já aqui falei sobre os impactos, que nos preocupam a todos. Não defendo, como o CDS/PP, trinta estações de Metro, mas sempre defendi o Metro em Alcântara. Tive a oportunidade de dizer, na reunião sobre o Metro, na passada segunda-feira, que me recordo de, em dois mil e catorze, ter pedido uma audiência à Administração do Metro, como autarca. Já nessa altura considerava importante perceber e transmitir à Administração do Metro a importância e a preocupação de não haver transporte de pesados de passageiros, na nossa freguesia e lembrar-me-ei sempre da resposta que me foi dada: ‘Senhor Presidente, temos imensos estudos, temos projetos, falta a vontade política, falta dinheiro; quando isso acontecer, os técnicos que escolham e será para avançar’. Felizmente avançou, o PRR foi essencial para isso acontecer. É óbvio que a expansão a Ocidente, quer a Oriente, até Loures, as duas obras estão inseridas no PRR. Sou totalmente a favor das sessões de esclarecimento, da participação, do envolvimento; devem ser feitas e o mais rapidamente possível. Pretende-se lançar o concurso de concessão; execução até ao final do ano, altura em que já deve existir o projeto, a ideia concebida. Desde a realização da primeira reunião do Metro, ocorrida em dezembro de dois mil e vinte e um e, também, na que decorreu em janeiro do corrente, que é pedida uma sessão de informação à população, ao que nos foi dito que só seriam realizadas, nos territórios, após a apresentação da sessão pública sobre o impacto ambiental. Todas estas questões foram transmitidas, quer à Câmara, quer ao Metro. Obviamente que a obra da Linha Vermelha é do Metro, mas a CML também tem responsabilidades. Queremos que se trabalhe em conjunto; quem acha que vão ser só rosas, até chegar o Metro, não vai ser assim. Trata-se provavelmente da maior obra na nossa freguesia, desde que o caneiro foi tapado e que a Ponte 25 de Abril foi construída. Não me lembro de outra situação, mas sei que esta, vou passar por ela; vamos todos e tudo o que for condicionamento de trânsito, alternativas, estaleiros de obras, tudo isso, tem que ser articulado com a JFA e com a CML, de forma

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

a minimizar os impactos, que vão ser bastantes, na vida de todos nós, até à sua execução. Não sendo grande fã da estação e não tendo conhecimentos como arquiteto, ouvi, na sessão, que o edifício parece enorme, mas que é mais baixo do que a Igreja de Alcântara. A senhora Presidente da Mesa, já solicitou uma maquete do projeto, em tamanho real e assim que nos for enviado faremos o que o eleito André Marçalo, (CDU), sugeriu, que é coloca-la em sítio público, para que todos possam ter uma noção do projeto. Outra questão apresentada ao Metro, em dezembro e em janeiro, diz respeito ao facto de uma estação com a dimensão que esta tem e no território onde vai ser construída, é motivo de preocupação para algum tipo de utilização que lhe possa ser dado. Alertámos a CML e os Serviços Sociais para uma atenção especial, uma vez que o tipo de estação é propício à situação que acontece na passagem subterrânea, para a estação comboios de Alcântara, que se encontra na Freguesia de Estrela. A CML foi alertada para a possibilidade de uma situação semelhante, numa estação que ficará aqui tão perto. Existem duas questões importantíssimas, das quais já discordava, no anterior Executivo camarário e tentei sensibilizar o atual e que são, o termos de aproveitar a chegada do Metro a Alcântara para construir um novo acesso à Ponte e retirar o atual acesso, na totalidade. Informalmente, já me foi dito que o acesso existente ficará só para transportes públicos, mas vou continuar a insistir, pois considero que o espaço de acesso à Ponte, em Alcântara, dividiu a freguesia há sessenta anos, aquando da construção da Ponte 25 de Abril e, se essa grande obra dividiu a freguesia, a grande obra que agora vai ocorrer, pode voltar a uni-la e pode criar uma nova malha urbana, um espaço verde, com ligação a Monsanto, unindo o que foi dividido, há sessenta anos e criando um novo espaço. Existe solução para isso; para o novo acesso à Ponte a seguir às bombas de gasolina da Repsol, o que, para nós, não tem impacto algum e que, além de permitir unir a freguesia, retira grande parte do trânsito, nesta zona. Parece-nos uma boa solução; temo-la defendido, já foi defendida no mandato anterior, com o Executivo anterior. Defendo que até os autocarros devem passar a utilizar o novo acesso, pois pretendo recuperar e unir a freguesia. Subindo a Monsanto, existe uma ponte que liga os prédios que estão do lado do Bairro do Jacinto, dos prédios iguais que estão do outro lado; foi aí que se dividiu a Freguesia, há sessenta anos, por ser necessário fazê-lo. Considero que, sessenta anos depois, se deve repor a situação e criar uma nova malha urbana e um espaço verde com ligação a Monsanto, como já referi. Defendo esta posição, muito claramente, como sempre fomos e continuamos a sê-lo. Já a transmiti à senhora Vereadora do Urbanismo e ao senhor Vereador da Mobilidade. A outra questão fundamental é o LIOS. Não vão existir parques de estacionamento que cheguem se o LIOS não acontecer. A virtude da expansão da Linha Vermelha com o LIOS, é permitir que quem mora entre Lisboa, Oeiras e Cascais, possa utilizar o transporte

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

público pesado de passageiros, que é o Metro e que é o LIOS, o que permitirá não ser necessário trazer o carro para Lisboa. Todos temos noção que não podem entrar tantos carros em Lisboa. Se a Linha Vermelha é construída e o LIOS não o é, ao mesmo tempo, podem-se pedir parques de estacionamento, mas não vai haver espaço suficiente para o impacto que as obras vão trazer. A responsabilidade da construção do LIOS é da CML e da Câmara Municipal de Oeiras. O LIOS vai ligar o Vale do Jamor até à Estação de Alcântara. Não sei se esta obra está inscrita nos fundos do PRR; quer o Presidente da CML, quer o senhor Vereador da Mobilidade, informalmente, dizem sempre que não é motivo de preocupação, que tudo está acautelado, mas considero ser um assunto que não pode ser tratado de qualquer maneira e que temos de pressionar. Existem vários problemas e situações em que temos que participar e dar opinião, mas se a Linha Vermelha chegar a Alcântara sem a continuação para Oeiras, o problema será enorme. Defendo e tenho dito, em privado e em público, sempre que tenho oportunidade, que o LIOS e a Linha Vermelha têm de ser construídos em simultâneo. Sendo um tema que une todos na Assembleia, podem ser feitas moções em conjunto, inclusive foi sugerido pelo eleito Pedro Bugarín Henriques (IL); são temas que preocupam todos, apesar de existirem discordâncias. Brevemente terá lugar uma reunião extraordinária e talvez seja possível trabalharmos todos, em conjunto, numa moção sobre o tema: o LIOS, o novo acesso, a preocupação com as obras, os estaleiros, as alternativas de acessos. Lanço o desafio a todos os eleitos”. -----

Dirigiu, de seguida, a sua atenção sobre os Contratos de Delegação de Competências (CDC), informando que “todas as pendências que existiam e que foram mencionadas em Assembleias anteriores, já foram aprovadas em reunião de Câmara. Contudo, ainda não foram efetivadas e ainda não foram trazidas à Assembleia porque a CML entendeu que é necessário, reunir todos os Presidentes de Junta, nos Paços do Concelho, assinar e registar em fotografia e só após esse momento será possível finalizar assinaturas e receber o valor em questão. Só o valor é que ficou já resolvido: foi o valor pendente até abril, que diz respeito ao Centro de Vacinação. Ficaram os meses de maio e junho pendentes, informação já transmitida à CML. Esta situação leva a que se tenha que fazer uma Assembleia Extraordinária, para apresentação de todos os protocolos aprovados e assinados”. -----

O Presidente do Executivo da JFA deu ainda boa nota da sua participação na Assembleia Descentralizada da CML, realizada no dia vinte e dois de junho do corrente ano, onde relatou os problemas que se levantam e que aguardam resolução, no que diz respeito à Reforma Administrativa,

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

dos quais salientou a questão do arvoredo. Explicou que “o valor que foi passado para as autarquias é, manifestamente, insuficiente, não chega a quatro mil euros por ano”, valor que se destina à manutenção e tratamento de todo o arvoredo. Clarificou que “a CML assumiu, até ao próximo ano, a responsabilidade das quedas de troncos ou mesmo de árvores, mas, se não for renovado, de Lei, a competência passa a ser da JFA e é uma das situações que necessita ser trabalhada, melhorada. Também outras questões como a do salário mínimo, cujo valor transferido foi baseado no valor auferido em dois mil e catorze - quinhentos e cinco euros. Atualmente, o valor aumentou e deveria aumentar mais, mas a quantia que temos é a de dois mil e catorze. Com este exemplo é muito fácil perceber que se tem de mexer nestes valores e isso implica uma redução de receita da CML e a passagem para as Juntas de Freguesia, de forma a fazer face às várias alterações. As freguesias de Lisboa, apesar da sua ação poder parecer a de pequenas câmaras, muitas vezes com capacidades de execução maiores que muitas câmaras de todo o país, têm a legislação específica das freguesias e não têm capacidade de gerar receita, de criar taxas, além das que existem, da gestão dos equipamentos. Existem várias questões que estão a ser trabalhadas, por um grupo de Presidentes de Junta, com a CML e com a Assembleia da República para que, neste mandato, seja resolvido. Quanto aos CDC do mandato, muitos dos projetos e das pequenas obras têm sido feitos; projetos para os mais novos e menos novos. Muitos projetos, na área dos direitos sociais, são inseridos no grande CDC, tendo a CML assumido o compromisso de apresentar o primeiro *draft*, para começar a negociar com as Juntas de Freguesia, até final de julho, de forma a ser terminado, até outubro do ano corrente, para entrar em vigor no início do próximo ano”. Insistiu ter sido esta a sua intervenção na última Reunião Descentralizada que caracterizou como “muito complicado toda a questão com a CML. Em reuniões passadas critiquei alguns vereadores por negligenciar esta questão da JFA. Mantenho, publicamente, como o fiz na reunião do dia vinte e dois, que o Presidente da CML foi fundamental para a resolução de todas as pendências que havia. Em reunião, expliquei tudo de forma longa, falámos de todos os temas e, rapidamente, o senhor Presidente, junto do resto da equipa da vereação, conseguiu resolver. Foi um reparo justo. Quando crítico, crítico, quando reconheço, reconheço e assim continuará a ser, assim entendo que deve ser enquanto representante do Executivo desta freguesia”. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, (PS), agradeceu ao Presidente do Executivo pelos esclarecimentos prestados e apelou “ao bom senso e cordialidade entre os membros desta Assembleia”. Recordou ainda que, “independentemente do total de tempo que cada força política pode ter, a Mesa nunca recusou a palavra a ninguém. O objetivo comum é melhorar a vida dos alcantarenses”. -----

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

A apresentação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia, foi dada por concluída. --

Ponto 2. Proposta n.º 176/2022 “Autorizar a celebração de um Protocolo de Colaboração com a Associação de Radioamadores da Região de Lisboa (ARRLx)”, ao abrigo do previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 9.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Presidente da Mesa de Assembleia de Freguesia, colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 3. Proposta n.º 200/2022 “Autorizar a celebração de um Contrato de Delegação de Competências, entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara”, ao abrigo do previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Davide Amado, (PS), Presidente do Executivo da JFA, tomou a palavra para esclarecer que o Protocolo apresentado diz respeito ao Fundo de Emergência Social (FES): “estamos no mês de junho e significa que o Protocolo que permite pagar as contas da água, da luz, gás, renda, farmácia, a quem precisa, só está a chegar agora. Na freguesia de Alcântara e em outras freguesias da cidade, reveste-se de maior gravidade porque o FES é um fundo com um valor global que é depois distribuído por freguesias; algumas executam outras não, conforme as áreas sociais que têm. A Freguesia de Alcântara está, desde outubro do ano passado, à espera que resolvam o FES do ano passado. Nesse ano a JFA necessitou de apoiar famílias em mais sessenta e oito mil euros do que o valor estabelecido no primeiro patamar. Não foi feita uma simples reunião de Câmara em que se alteram os valores e se redistribui. O valor foi gasto e só agora o estamos a receber. Não deixámos de apoiar ninguém, mas a JFA executou esse adiantamento. O Protocolo apresenta, em meu entender, uma mais valia: os critérios são muito mais abrangentes, o anterior FES, com regras diferentes, permitia que famílias, por vezes, mais carenciadas, não atingiam o valor mínimo para serem apoiadas, o que ficou resolvido. Foi trabalho do atual Executivo, que reuniu com outras Freguesias. Não foi o contributo, e mereceu críticas da minha parte, como Presidente de Junta, quer enquanto Presidente da 6.ª Comissão dos Direitos Sociais da Assembleia Municipal, foi a pouca dotação financeira que foi colocada no Protocolo. Os valores são ligeiramente inferiores aos do período da pré-pandemia e no pós-pandemia, ainda a sofrer os seus efeitos e os de mais uma guerra na Europa, que originou uma enorme inflação, os preços a aumentar e o poder de compra das famílias a diminuir, o valor atribuído é o mesmo de 2019. O executivo camarário assumiu que a partir do momento em que o valor total

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

for esgotado, o vai reforçar, mas, não deixa de ser preocupante que não tenham tido em questão o valor, na situação que se está a viver, atualmente, na freguesia, na cidade e no país. Questionei a Senhora Vereadora, se tinha conhecimento do aumento do preço do pão, do aumento de preços no supermercado, nas contas da água, da luz, do gás, porque de facto o valor não está a refletir todos esses aumentos. No rigor, foi assumido, por parte do Executivo, que sendo o valor ultrapassado, é repostado e é reforçada a verba. Quis deixar esta nota, dar este conhecimento porque, ao longo deste mandato, existirá, com certeza, a necessidade do reforço da verba e será trazido, de novo, à Assembleia de Freguesia. Periodicamente, são feitos relatórios com todos os dados e enviados para a CML. Somos uma das Juntas de Freguesia que o faz”. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, (PS), colocou a proposta a votação que foi aprovada por unanimidade. -----

Elsa Borges da Silva, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, (PS), pediu à primeira Secretária da Mesa de Assembleia, Iolanda Machado, (PS), para proceder à leitura da ata em minuta, o que foi executado. Após esta leitura, a ata foi colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelo que irá ser assinada por quem a lavrou e pela senhora Elsa Borges da Silva, (PS), Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de Alcântara. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Elsa Borges da Silva (PS), deu por encerrada a sessão do dia vinte e três de junho, pelas vinte e duas horas e quarenta e cinco minutos, lembrando que, brevemente, ocorrerá uma Reunião Extraordinária e agradecendo a presença de todos. -----

Sede da Freguesia de Alcântara, em Lisboa, aos vinte e três dias de junho de dois mil e vinte e dois

A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

(Elsa Maria Borges da Silva)

A 1.ª Secretária,

(Iolanda Rute de Oliveira Machado)

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALCÂNTARA

O 2.º Secretário em exercício,

(Jorge Luís Pacheco Ramos)